

## **MEMÓRIA - CFESS NA ESTRADA – ACRE**

**16/11/2017**

### **1) Abertura, apresentação dos participantes**

CRESS: Fabrícia (vice-presidente), Isaura (suplente), Gleiciane (segunda secretária), Marilene (assessora contábil), Ana Sara (assistente administrativa), Maralice (primeira tesoureira), Evilândia (Assistente administrativa), Juliane (Conselho fiscal); Renata (Conselho fiscal), Elza (presidente), Roseane (conselho fiscal).

CFESS: Vilmar Medeiros, Sylvia Terra, Elaine Pelaez e Josiane Soares

### **2) Composição da gestão e situação atual**

RELATO/DIFICULDADES SINALIZADAS: quatro desligamentos formalizados e três extra-oficiais (ainda não oficializadas). Conselho pleno sábado (01 por mês). Uma delas era titular. Conselho fiscal: não têm dificuldades de reunir. Já colocaram em dia o envio de balancetes a partir de junho. Até junho tem pendências. Uma conselheira fiscal alega ter dúvidas a serem dirimidas junto à tesouraria, o segundo nunca assinou nenhum parecer e a terceira não reside mais na cidade. Já realizaram cobranças por email ao conselho fiscal. Dificuldades com ausência da assessoria contábil na dinâmica do conselho fiscal e do conselho pleno.

ORIENTAÇÕES PRESTADAS: Sobre quórum mínimo para tomada de decisões oficiais. Concepção de gestão democrática e ampliada no conjunto onde não costumamos fazer distinções para a participação de titulares e suplentes no conselho pleno (todos/as votam e têm direito a voz, compõem quórum). Convocação por escrito respeitando o tempo estabelecido pelo regimento. Pautar o conselho fiscal em reuniões do Conselho Pleno com presença da assessoria contábil para facilitar a compreensão da dinâmica orçamentária e financeira e seu acompanhamento.

ENCAMINHAMENTOS: Necessidade formalizar renúncia de mandatos das três pendências conforme o estatuto. Providenciar procedimentos para realização de reordenamentos. Publicar. Notificar extrajudicialmente o Conselho Fiscal da gestão anterior para análise dos balancetes de janeiro a junho de 2017. Observar o contrato com a assessoria contábil para aprimorar as cláusulas de prestação do serviço.

### **3) Gestão administrativa, financeira e contábil**

#### **3.1- gestão do trabalho:**

RELATO/DIFICULDADES SINALIZADAS: o CRESS possui 02 trabalhadoras (01 Concursada) e 01 trabalhadora contratada pela CLT em 2015 como assistente

administrativa em cargo comissionado. Contratação irregular, pois não existe esse cargo no PCCR. Além destas trabalhadoras o quadro é composto por 01 prestadora de serviço (assessorias contábil) e a contratação da Assessoria jurídica está em andamento. Não participaram da negociação coletiva esse ano e atestam que não existe acordo coletivo de trabalho. A prática é compensar horas extras com compensação de dias trabalhados e não de horas remuneradas. Não sabem se existe sindicato de servidores de conselho no estado. A contadora informa (com alguma dificuldade) o índice sugerido para reajuste que vem sendo adotado. Pouco mais de 1.200. O trabalho administrativo está sobrecarregado em função da existência de apenas 02 funcionárias. Gostariam de saber sobre a contratação de um estagiário.

**ORIENTAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS:** Não existe cargo de confiança no caso de assistente administrativo. Precisa alterar o PCCR na nomenclatura criando cargo de coordenação executiva e nas funções a serem exercidas. Observar data base, regularizar/criar acordo coletivo de trabalho normatizando índice de reajuste e forma de compensação das horas a ser sugerido, considerando a arrecadação. Orientou-se a contratação de estagiário em nível médio por meio de agente de intermediação e a observância de funções a serem repassadas.

### 3.2 - Resolução de diárias/ressarcimento

**RELATO/DIFICULDADES SINALIZADAS:** Tem uma resolução da gestão anterior. O CRESS paga a hospedagem e a passagem. Agência de vigem licitada. Hospedagem mediante cotação de três preços. Diária R\$ 150,00. Não possuem modalidade de ressarcimento.

**ORIENTAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS:** Sugerem que passem a trabalhar com ressarcimentos. Reformular a resolução sobre isso. Foram prestadas orientações sobre como lidar para desembolso de diárias para conselheiras que residem em municípios fora de Rio Branco. Evitar deslocamentos em carro próprio no caso de trabalhadoras.

### 3.3 - inscrição, DIP e cadastramento

**RELATO/DIFICULDADES SINALIZADAS:** Atividade de divulgação do CRESS nas universidades. Presenciais 02 e 03 à distância. Não registram problema com cursos irregulares. Não existe inscrição de pessoa jurídica. Pedem esclarecimentos a respeito de inscrição de pessoa jurídica. Dificuldade de fazer a troca dos números de registro em função da alteração na jurisdição.

**ORIENTAÇÕES:** informamos sobre cuidados na transferência ao receberem requerimentos de profissionais oriundos de outros estados. O CFESS se compromete a enviar parecer jurídico sobre indeferimento de inscrição de pessoa

jurídica por não possuir atividade básica de serviço social. Orientação sobre comunicado à pessoa física sobre indeferimento. Envio de aviso de recebimento em função de que cabe recurso dessa decisão. Orientação sobre cancelamentos por cargos genéricos. Orientação sobre aplicação de multa (res. 590) por exercício irregular – sem registro – e necessidade de fundamentação de todos os atos praticados em função da transparência dos motivos que levaram àquelas decisões. Orientações sobre procedimentos de notificação individual por aviso de recebimento para profissionais que estão exercendo a profissão com o número vinculado à jurisdição de Rondônia. Fundamento: art. 22 alínea b) do Código de ética.

### 3.4 - Gestão de patrimônio

RELATO/DIFICULDADES SINALIZADAS: está tudo registrado e depreciado conforme devido.

### 4) Inadimplência e ações de enfrentamento

RELATO/DIFICULDADES SINALIZADAS: Ainda não realizaram assembleia sobre a anuidade 2018. Estão levando para a assembleia duas propostas de reajuste 5% e 7% e ficará pouco acima do patamar mínimo. Inadimplência sempre acima de 60%, segundo levantamento contábil desde 2015. Saldo financeiro de pouco mais de cinquenta mil, com provável indicação de déficit em função de despesas a pagar até dezembro. Não possuem nenhuma atividade de cobrança de dívida ativa.

ORIENTAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS: Iniciar a cobrança a administrativa. Foram compartilhadas informações a respeito do limite de até dois re-parcelamentos em cobrança administrativa. Reforço para conhecer e fazer orientar os procedimentos a partir da Política de Enfrentamento à Inadimplência (2016), inclusive sobre cobrança em cartório. É necessário que a comissão de enfrentamento a inadimplência faça a discussão política dos procedimentos a adotar considerando a existência de débitos anteriores a 2015, que se referem à jurisdição de Rondônia. Inscrever os débitos na dívida ativa assim que contratarem o jurídico para não prescrever os débitos vinculados a Rondônia.

### 5) análise da situação contábil/ procedimentos de licitação/TCU

RELATO/DIFICULDADES SINALIZADAS: O relatório do assessor contábil do CFESS elaborado em colaboração com a assessora contábil do regional (em anexo) analisou a arrecadação de 2017 a outubro/2017. A arrecadação até outubro foi de 35% do esperado porque foi o orçamento foi elaborado sem considerar a inadimplência (cerca de 60%). Suprimento de fundos. Portaria que designa responsável. Dívida de cota-parte (R\$ 10.905 até outubro). Média de R\$12.000 com custos fixos. Encargos sociais em atraso. A CPL do regional é formada pelas duas trabalhadoras e apresenta demanda de capacitação. Contrataram uma assessora

especializada no tema com um contrato temporário (até 31/12) pela modalidade de dispensa de licitação. Não realizaram nenhuma licitação. Apenas em vigência contratos com a assessoria Contábil e de agência de viagens.

**ORIENTAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS:** Indica que a proposta orçamentária de 2018 considere os percentuais de inadimplência para projeção da arrecadação. Precisa baixar a normativa do suprimento de fundo que regula o funcionamento com base nas instruções do manual administrativo-financeiro do CFESS. Regularizar o carimbo de recebimento nas notas do suprimento de fundo. Regularizar o repasse da cota-parte: enviar uma proposta para negociação do passivo. Enviar documento para empresas (telefone, energia, água) que retém impostos emitirem contas com os valores retidos. Sobre a dívida com encargos sociais: separar os valores, identificando o que compete à gestão atual, regularizar e notificar os ordenadores de despesa.

## **6) LAI**

Descumprimento quase que integral. Existe link no site mas não está regulado.

**17/11/2017**

## **7) Comissão permanente de ética**

**RELATO/DIFICULDADES SINALIZADAS:** A coordenadora é a conselheira Fabrícia. Existe portaria estabelecendo a Comissão Permanente de Ética. Na gestão passada ocorreu uma denúncia ética, que aguarda encaminhamento ao Pleno. Situação pendente por não terem assessoria jurídica. A gestão atual recebeu duas denúncias. Apresentam dúvidas sobre procedimentos a serem adotados para instauração de processo ético. Registram que houve multiplicação do curso esse ano (turma 2016).

**ORIENTAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS:** Foram esclarecidas questões referentes à: procedimentos processuais; motivações e procedimentos para desaforamento, conforme resolução 548/2009; necessidade de emitir portaria para alteração na comissão permanente de ética no que se refere a situações excepcionais em que haja alguma parte da denúncia (denunciada e/ou denunciante) que possua relacionamento pessoal ou profissional com membros da referida comissão. Com relação ao *Projeto Ética em Movimento*, o CFESS informou sobre a decisão de não realizar o curso nesse ano, em face da preocupação com a avaliação dos seus desdobramentos, alcance dos objetivos e perfil dos participantes. Enfatizada preocupação com a necessária multiplicação deste curso. Enviar Parecer Jurídico 21/2016 sobre a presença de advogado na sala de atendimento do Serviço Social.

## **8) Orientação e Fiscalização**

**RELATO/DIFICULDADES SINALIZADAS:** Os principais entraves apontados são a inexistência de assessor jurídico e agente fiscal, este último desde a criação do CRESS. Aguardam contratação do assessor jurídico para dar andamento a diversas tarefas desta comissão. Também não há participação de profissional de base.

**ORIENTAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS:** O CFESS enfatizou responsabilidades e ações possíveis por parte de conselheiros/as no âmbito da orientação e fiscalização, na ausência de agente fiscal. Enfatizou-se a dinâmica da visita de orientação e fiscalização e a necessidade de retorno dos elementos apurados para a COFI decidir sobre encaminhamentos pertinentes de forma coletiva. Foram orientadas a escrever projeto para acessar fundo de apoio com o objetivo de desenvolver ações de orientação e fiscalização, bem como efetivar a interiorização. Outros temas objeto de explicações foram: termo de comparecimento para orientação à profissional, a tempo e retroativo; Lei das 30 horas, no sentido de reforçar a luta política e não judicial em virtude de sucessivas perdas nos processos a esse respeito.

## **9) Seguridade social**

**RELATO/DIFICULDADES SINALIZADAS:** A Comissão de Seguridade Social foi instalada na atual gestão. É coordenada pela conselheira Fabrícia e conta com a participação de assistentes sociais de base. O CRESS tem representação (pelo segmento de trabalhadores) nos conselhos estadual e municipal de Assistência Social, Conselho Estadual de Idoso, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum de Drogas, Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS (a coordenação é de uma entidade da área de psicologia). Outros/as profissionais de base representam o CRESS em Conselhos Municipais de Assistência Social e a gestão registra dificuldade de aproximação com esses/as representantes.

**ORIENTAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS:** Enfatizamos a necessidade de participação das representações do CRESS nos conselhos de direitos e políticas nas reuniões da Comissão de Seguridade Social; importância da participação em Fóruns, Frentes e demais espaços de articulação política, e não apenas nos espaços institucionais de controle social.

## **10) formação profissional**

**RELATO/DIFICULDADES SINALIZADAS:** Relatam dificuldades na estruturação da Comissão de Comunicação, pois era composta, em sua maioria, por membros que se desligaram da atual gestão. Não possuem assessoria profissional de comunicação. A comissão será reestruturada, pois apenas um desses membros permanece na gestão. Por esse motivo, o planejamento de ações da comissão não foi concluído. Possuem site, mas reconhecem defasagem nas informações disponíveis no link sobre a Lei de



acesso à informação, também quanto às informações sobre as comissões e ferramentas de acessibilidade. Quanto às redes sociais, possuem página no Facebook e perfil no Instagram.

**ORIENTAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS:** Foram orientados alguns princípios básicos da política de comunicação do conjunto, especialmente no que respeita à utilização de redes sociais e aos diálogos/respostas relativos/as a opiniões expressas por estes meios. O CFESS também reiterou informações a respeito do andamento da licitação para aquisição do “portal da transparência” e outros sistemas de informática.

## **11) comunicação**

**RELATO/DIFICULDADES SINALIZADAS:** Realizam muitas atividades voltadas para a formação dos profissionais. A comissão de formação profissional contribui na organização de rodas de conversa e oficinas sobre temas relacionados à conjuntura e ao trabalho de assistentes sociais. As rodas de conversa já existiam e atualmente o CRESS é o responsável pela divulgação das atividades. Relatam tensionamentos com uma instituição que também contribui na organização das rodas de conversa em função do CRESS estar demandando uma certa alteração dos temas a partir da agenda do conjunto CFESS/CRESS em substituição a temas de enfoque predominantemente técnico-operacional. Temas tratados nessa atividade: trabalho do assistente social na gestão e planejamento de políticas públicas, diversidade de gênero, conselho tutelar, formação profissional, reforma da previdência e reforma trabalhista. No planejamento de atividades para o próximo ano está prevista a articulação de um Fórum de Estágio. Não há demandas relacionadas aos cursos de extensão até o momento. Enfrentam poucos problemas com as instituições de ensino à distância. Não utilizam sistema de cadastramento de campos e supervisores de estágio.

**ORIENTAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS:** Orientação de não centrar as atividades da comissão em complementação da formação profissional dos/as assistentes sociais e sim de ser uma comissão que fortaleça pautas políticas, debates ações sintonizadas com as deliberações do eixo de “formação profissional” do Encontro Nacional. Algumas tarefas são frentes prioritárias nacionalmente: o acompanhamento das questões relativas à fiscalização da supervisão de estágio; da atuação junto às unidades de formação acadêmica para divulgação e utilização do sistema de cadastramento de campos de estágio; articulação com ABEPSS e ENESSO. O CFESS informou ainda sobre os questionamentos judiciais à Resolução 533/2008, especialmente no que tange à limitação do número de estagiários por supervisor/a; sobre o papel do CRESS nas questões relacionadas à supervisão de estágio e não diretamente na atuação regulatória ou fiscalização da formação profissional; cuidados na fiscalização dos campos de estágio enfatizando que não nos cabe autorizar ou desautorizar abertura ou fechamento de campos de estágio

## **12) Comissão de Relações Internacionais**

Não está estruturada. Orientamos a pensar ações a partir das duas deliberações desse eixo, no que se refere ao trabalho profissional com imigrantes, especialmente por se tratar de região fronteiriça.

## **13) Avaliação**

Consideram a atividade importante e esclarecedora, realizada no início da gestão, momento propício para ajustes e reorientação de algumas ações. Explicitaram o receio inicial de que a visita do Cfess fosse de natureza avaliativa e a progressiva superação desse receio. Destacam que foi importante para pensarem gestão administrativa e a ação política das comissões.